



## MÍDIA, ENGAJAMENTO SOCIAL E CONSUMO DA INCLUSÃO

Fernanda de Camargo Machado - UFSM

**Resumo:** O objetivo desse trabalho é submeter à problematização um aspecto emblemático no tempo presente: a persuasão ao engajamento social na causa inclusiva. Entende-se inclusão, no âmbito desta pesquisa, como incentivo à participação e acesso de todos aos espaços sociais. Para tanto, esse estudo enreda-se a algumas possibilidades analíticas lançadas pelos Estudos Foucaultianos, em particular, os Estudos da Governamentalidade para compreender e problematizar como vem se movimentando os discursos sobre a inclusão a partir dos mecanismos de engajamento social empreendidos pela mídia. Como material de análise, elegeu-se dois artefatos contemporâneos: uma propaganda e um evento que tratam da necessidade da inclusão e da vigilância de todos os cidadãos para que tal processo se efetive no Brasil. A investigação constatou como efeitos de subjetivação a produção de um tipo de visibilidade, relacionando-a ao engajamento social e ao autoaperfeiçoamento, que parece ser uma reedição atualizada do tripé da Revolução Francesa, o que permite discutir a forma como os discursos da inclusão vem se movimentando, sendo consumidos e produzindo modelos de conduta na atualidade.

**Palavras-chave:** Processos de Inclusão – Mídia – Engajamento social

### Sinalizações iniciais

Esta pesquisa emerge a partir da circulação de uma série de anúncios em diferentes âmbitos publicitários que tratam do tema da inclusão social das pessoas com necessidades especiais no nosso país. A promoção e divulgação de eventos, mensagens, propagandas... vem ocupando um espaço cada vez mais amplo nos diversos veículos de comunicação em massa. Nesse sentido, dois artefatos culturais chamaram a atenção: um anúncio televisivo e um evento urbano (uma espécie de *parade*), os quais serão descritos mais adiante. É importante salientar que não interessa aqui avaliar ou analisar somente o papel das mídias ao constituir um palco para a inclusão. O objetivo desse trabalho é submeter à problematização um aspecto que me parece emblemático no tempo presente: a persuasão ao engajamento social na causa inclusiva; as idas e vindas do cenário montado para criar estas formas de engajamento; as técnicas empreendidas para tal e seus efeitos na produção de modelos de conduta frente à pessoas com necessidades especiais.

Por inclusão, entende-se muito mais do que um paradigma educacional ou social; tomo inclusão como um princípio de organização da sociedade, propulsionado pela lógica

neoliberal. Nesse sentido, trago para o centro do debate a racionalidade que coloca em movimento os discursos da inclusão, com o propósito de compreender sua mecânica e discutir seus efeitos de verdade.

Para tanto, esse estudo enreda-se a algumas possibilidades analíticas lançadas pelos Estudos Foucaultianos, em particular, os Estudos da Governamentalidade. Em Foucault, a junção aperfeiçoada de formas de condução dos homens, a qual mira todos e cada um dos indivíduos, criando e sintonizando seus desejos às convenções estatais e de mercado, resultou na “governamentalização do Estado”, cenário montado a partir do Século XVI. Em outras palavras, Foucault (2006) propõe outro entendimento sobre as relações entre Estado, Sujeito, Sociedade e Mercado, ao criar a ferramenta analítica “governamentalidade”. Para ele, o processo de otimização do poder, pela economia política, que implica em estratégias que tem como efeito o máximo controle pelo mínimo investimento de poder, seria uma tendência, uma racionalidade específica.

Nessa lógica, produzir condutas que relacionam o sujeito com os demais – por meio de procedimentos que visam gerir a população – aliadas a práticas que o sujeito empreende com ele mesmo – pela ética – além da amenização do risco, permite a autogestão da sociedade. Mas, para que essa lógica seja eficiente, algumas táticas e técnicas precisam ser inventadas/acionadas. É nesse regime que a inclusão, como elemento de participação e acesso de todos, toma inteligibilidade. Não basta ser parte da sociedade, é preciso participar. Mais do que isso, é preciso querer participar de certos espaços e incentivar que todos participem. Tal compreensão desse processo é possível a partir da escolha de um referencial de pesquisa que empreende outro olhar sobre a publicidade e a organização social inclusiva – questões que serão discutidas no tópico que segue.

### **Postura teórica e metodológica**

Daí advém a perspectiva de discutir, nesse artigo, o engajamento na causa inclusiva, a partir da noção de governamentalidade. O foco está no entendimento dos meandros que a produzem como atitude interessante na lógica contemporânea, as formas de subjetivação empregadas e as ressonâncias desse processo numa sociedade que se pretende cada vez mais inclusiva. Como material de análise, elegi dois artefatos contemporâneos: uma propaganda e um evento urbano.

A propaganda escolhida fora veiculada durante curto espaço de tempo e alguns canais de televisão aberta. Antes de realizar uma análise dos aspectos técnicos do anúncio, o que

pretendo é lançar um olhar que problematize sua mensagem, a saber: “Inclusão social: você já nasce com esse pensamento, não perca isso ao longo da vida!”.

Nesse sentido, convém mencionar que, com Silva (1999), tomo a publicidade não só como elemento que pode auxiliar no trabalho pedagógico, mas como uma pedagogia, um conjunto sistemático de significados que criam, por meio da linguagem, representações do mundo. A publicidade ensina, por exemplo, como se comportar diante de determinada situação. Mais do que analisar a propaganda como prática discursiva, temos o intuito de relacioná-la o terreno epistemológico, o solo que possibilita falar, nesse momento histórico, dessa maneira. Por isso, mais uma vez, que esse artigo tem como foco os discursos produzidos e produtores da mensagem publicitária e não a propaganda em si. De acordo com Silva (1999, p.15), é preciso “compreender [...] como funciona essa nova economia do afeto e do sentimento, na qual a apropriada utilização da mídia adquire um papel central”.

Outro artefato do nosso tempo que trago à problematização é evento no âmbito do Prêmio Empreendedorismo Social: a Virada Inclusiva.

#### **Virada Inclusiva terá mais de 500 atrações no Estado de São Paulo**

No próximo final de semana (dias 3 e 4), acontece a 2ª Virada Inclusiva de São Paulo. O evento é uma série de entretenimentos nas áreas de cultura, lazer e esporte voltados para que as pessoas com e sem deficiência participem juntas. Serão cerca de 500 atrações espalhadas em diversos pontos da capital e em cidades do interior. [...] No sábado (3), também é comemorado o Dia Internacional da Pessoa Com Deficiência (Acesso em 01.12.2011).

Ao visualizar a reportagem sobre o evento, senti-me seduzida a problematizar um aspecto emblemático no tempo presente: a persuasão ao engajamento na causa inclusiva, a partir da espetacularização da diversidade - sua produção e seu consumo simbólico a partir da linguagem midiática. Nesse registro, as questões que interessam a essa pesquisa são: *Como a inclusão social vem sendo produzida e consumida pela mídia? Que efeitos de subjetivação produzem?*

A inscrição do estudo se dá numa perspectiva de análise que não busca pelo oculto, mas por aquilo que está na superfície discursiva, como diria Foucault (2006). Nesse sentido, não há uma interpretação ou desvelamento de significados “escondidos pela névoa de uma ideologia”. O empreendimento analítico que se aproxima dessa forma de olhar desapegada da verdade, tenta tomar seus objetos e sujeitos como constituídos e constituidores de discursos. Em outras palavras, não importa se algo é ou não verdadeiro, se existem uma ou muitas verdades, mas de entender as correlações de forças implicadas na produção histórica da

verdade.

Said (2010) demonstra essa postura metodológica ao problematizar a produção do Oriente pelas representações do Ocidente. Em outras palavras, a forma como cultura usa a linguagem para criar significados. O *status* de verdade assumido por esses significados depende dos engendramentos e das posições de quem narra e de quem é narrado, ou seja, das relações de poder e saber. Por esse motivo, Said e os demais pesquisadores que atrelam suas análises a essa perspectiva investigativa, não estão interessados no que é mesmo verdade, mas sim nas condições que colocam as verdades nessa posição.

Na conjuntura desses estudos, a história não toma lugar de origem ou sucessão linear de fatos. A história, num sentido genealógico, que Foucault toma emprestado de Nietzsche, refere-se muito mais ao solo de onde emergem os conjuntos de enunciados, sempre dispersos e fluidos. Problematizar o presente a partir dos seus pontos de apoio históricos constitui-se, por assim dizer, num “método”, numa forma de compreender o que muda e o que persiste do passado na contemporaneidade. Esta é a principal questão que move Foucault: como nos tornamos o que somos na atualidade.

Já diz Said (2010) que “os dados a serem observados são o estilo, as figuras de retórica, o cenário, os esquemas narrativos, as circunstâncias históricas e sociais, *e não* a correção da representação, nem sua fidelidade a alguma grande original” (p. 51). Nessa esteira, não há preocupação com valoração de discursos ou representações, mas no entendimento de seus cruzamentos, aproximações, distanciamentos, isto é, as condições de possibilidades, aquelas circunstâncias e conveniências históricas que permitem ou criam a necessidade de falar de algo de um determinado jeito, atribuindo-lhe sentido.

### **Eu me incluo, você se inclui, todos se incluem....**

Antes de promover um debate sobre a materialidade e suas implicações, considero oportuno realizar uma breve “volta da página”, apontando as condições de possibilidades do nascimento dos discursos da inclusão. Entendemos a inclusão, enquanto incentivo à participação e acesso de todos a determinados espaços sociais, como uma grande rede que se tece em torno de políticas e práticas conectadas aos interesses e conveniências do modo de vida neoliberal.

Por neoliberalismo, com Foucault, compreendo a lógica que vem se empreendendo desde a década de 1970, em que o mercado assume posição central na criação de significados. Com isso, o papel do Estado se reconfigura, incentivando a autocondução. Assim, se no

liberalismo clássico, o Estado gerenciava o mercado, no neoliberalismo, a relação inverte-se. O mercado cria e monitora o funcionamento do Estado e das suas relações com os sujeitos e destes com eles próprios, pois isso torna o processo mais produtivo e econômico (GADELHA, 2009).

É mais eficaz que cada sujeito passe a gerir seu ingresso e permanência nos espaços sociais estabelecidos para tal (escola, universidade, mercado de trabalho, espaços de consumo, etc). Isso diminui o risco de que ele se torne um “peso”, alguém que não produz e não consome, ou ainda que passe a utilizar de meios ilícitos para efetuar essas ações. Nesse contexto, é possível visualizar uma série de medidas inclusivas, com vistas à criação do desejo de inserção de todos em diferentes âmbitos. Como exemplos, pode-se citar, entre vários outros, a implementação do REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) e do PROUNI (Programa Universidade para Todos).

Ademais, “pertencer”, atravessar uma suposta fronteira da exclusão, não garante atingir esse objetivo de prevenção do risco por meio da inclusão. É necessário que, além de empreender o esforço de buscar sua própria inclusão, cada um de nós, permaneça como que num estado permanente de busca por se manter incluído. Para tanto, programas de acompanhamento desse processo são acionados na tentativa de prever e subtrair o risco iminente de evasão.

Dito de outra forma, a necessidade de controle social de “todos e de cada um” vai criando as condições de possibilidades para a implementação de políticas de inclusão como um imperativo neoliberal, no final do século XX, o que atende a uma demanda específica, de aproximar para governar melhor. Desse lugar, governar melhor não significa governar mais, senão utilizar a frugalidade do poder a serviço da máxima eficácia da condução das condutas. No sentido de aperfeiçoar essas estratégias, a racionalidade contemporânea vem agregando e enfocando o controle aos seus esforços de vigilância (VEIGA-NETO, 2008). Não se trata de uma permuta total de uma por outra, mas de uma incorporação ou, talvez, um refinamento das estratégias de governmentação. Nesse registro, é possível pontuar alguns deslocamentos e permanências desses processos que auxiliam a compreender do nascimento dos discursos da inclusão.

Além de programas, tais como Bolsa-família do governo federal brasileiro, por exemplo<sup>1</sup>, uma das estratégias de implementar uma espécie de panóptico contemporâneo, uma

---

<sup>1</sup> De acordo com o Decreto 5209, o Programa Bolsa Família, benefício recebido de acordo com alguns critérios, criado pela Lei N. 10.836/04, tem por objetivos, dentre outros, “estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza”.

política de vigilância constante para que todos permaneçam em estado de inclusão é instituí-la como um bandeira pela qual todos devem lutar. Cada um é chamado a zelar pela inclusão - a sua e a dos demais.

### **Holofotes na diversidade e engajamento social**

Ao visualizar o anúncio e a reportagem sobre o evento, uma questão destacou-se: a persuasão ao engajamento na causa inclusiva, a partir da espetacularização da diversidade - sua produção e seu consumo simbólico a partir da linguagem midiática. Aqui, com Canclini (2005), entende-se consumo muito menos no sentido financeiro e muito mais no sentido simbólico. A captura e o uso dos outros e de si, enquanto processo negociado e conveniente de produção de subjetividades no circuito cultural, denotam a essa constante busca por aprimoramento, pela ocupação de espaços, pela mobilidade identitária. Em especial, a forma como a linguagem midiática da publicidade produz e consome a inclusão, criando formas de subjetivação. Toma-se “subjetividade” como as possibilidades de constituição da experiência de si, “[n]a correlação, numa cultura, entre campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade” (FOUCAULT, 2007, p. 10).

O que a análise dos dados permite discutir é que uma delas é a persuasão de cada sujeito a tornar-se um vigilante da causa inclusiva. Nesse sentido, problematiza-se a produção do engajamento a partir da implementação de técnicas de si, ou seja, de mecanismos de convencimento dos sujeitos a se conduzir por uma verdade (Foucault, hermenêutica).

Na esteira dessa teorização, é possível entender como o autogoverno torna-se interessante no funcionamento de uma economia política, que conecta “as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si” (FOUCAULT apud VEIGA-NETO, 2005, p. 25). Nessa linha, todos e cada um assumem a função de serem pastores e soberanos de si mesmos. É nessa medida que a governamentalidade se fortalece, produzindo sujeitos na intersecção da política com a ética, já que é da sintonia da autonomia com os fins políticos que se torna possível produzir e nutrir um Estado de governo. Nesses termos, todos e cada um, indivíduo e população, são direcionados e, principalmente, autodirecionados, de forma a contribuir com o grande projeto de cidadania (neo)liberal, que tem na ordem social sua matriz, promessa e busca constante.

Aí se pode compreender a constituição do palco para o exercício de convencimento do papel de todos e de cada um na construção de uma nação mais feliz. Foucault nos mostra que a liberdade e o poder - entendido como um investimento consentido numa relação de “lucro”

compartilhado - são conexos, a partir, principalmente, do Estado de razão liberal. Essa premissa se mantém e se intensifica no regime governamental neoliberal; cada cidadão é convidado a se engajar e exercer o poder sobre si mesmo, investindo e gerenciando a sua própria posição de inclusão. A busca por manter-se incluído é produzida estrategicamente como uma escolha pessoal do sujeito. Assim, a dinâmica social tem condições de se tornar uma maquinaria autogovernada e, por conseguinte, mais eficaz. Contudo, torna-se interessante que cada um se preocupe também com a inclusão dos outros. Dessa maneira, empreender técnicas que ensinem a cuidar<sup>2</sup> de si e dos outros sob determinada forma parece ser extremamente conveniente aos objetivos políticos.

Nesse registro, ao buscar elementos para uma compreensão da forma como nos tornamos o que somos na atualidade, é possível fazer um ensaio genealógico, citando alguns rupturas e continuidades na constituição histórica das verdades. Uma delas parece ser a naturalização das atitudes inclusivas como uma espécie de retomada do Iluminismo na noção da “criança de Rousseau, o bom selvagem”.

Nascemos sensíveis e desde nosso nascimento somos molestados de diversas maneiras pelos objetos que nos cercam. Mal tomamos por assim dizer consciência de nossas sensações e já nos dispomos a procurar os objetos que as produzem ou a deles fugir, primeiramente segundo nos sejam elas agradáveis ou desagradáveis, depois segundo a conveniência ou a inconveniência que encontramos entre esses objetos e nós, e, finalmente, segundo os juízos que fazemos deles em relação à idéia de felicidade ou de perfeição que a razão nos fornece. Essas disposições se estendem e se afirmam na medida em que nos tornamos mais sensíveis e mais esclarecidos; mas, constringidas por nossos hábitos, elas se alteram mais ou menos sob a influência de nossas opiniões. Antes dessa alteração, elas são aquilo a que chamo em nós a natureza (ROUSSEAU *apud* GADOTTI, 2004, p. 94-95).

A criação de modelos de engajamento a partir da frase “Inclusão social: você já nasce com esse pensamento, não perca isso ao longo da vida!” Em outras palavras, a propaganda busca convencer a todos a realizar uma “volta a um estado natural inclusivo”, um retorno a um suposto “verdadeiro eu”, em que cada sujeito constitui-se na relação consigo mesmo, na busca pelo aperfeiçoamento pessoal e social.

Ao incentivar o convívio entre todos, como por exemplo, na Virada Inclusiva (o evento é uma série de entretenimentos nas áreas de cultura, lazer e esporte voltados para que as pessoas com e sem deficiência participem juntas), parece se tratar de uma estratégia

---

<sup>2</sup> Importante pontuar que o cuidado de si, na lógica neoliberal, não diz respeito a uma busca por uma ética pessoal, tal como no sentido grego antigo. Parece se tratar de um “cuidar-se do outro”, que atualiza o panóptico.

reeditada e aperfeiçoada dos cânones liberais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, o famoso tripé da Revolução Francesa. Se a liberdade pautada nas plataformas liberais é condição para o exercício das práticas de governo, entende-se que cabe problematizar a busca pela igualdade e a noção de fraternidade nesse “novo” jogo. A fraternidade se torna uma justificativa natural para a igualdade, e esta seria condição imprescindível para aquela. Dessa forma, parece fazer mais sentido deixar a diferença viver, mais que isso, conviver. Dito de outra forma, aproximá-la, torná-la produtiva para o bem de todos e de cada um, dos “com” e dos “sem” deficiência. No entanto, para que todos convivam harmonicamente em todos os espaços, é preciso o consentimento, o entendimento, a aceitação, o respeito, a tolerância.

Dessa forma, percebe-se o incentivo ao aperfeiçoamento constante: tornar-se um agente atuante da inclusão como uma forma de melhorar o mundo e, principalmente, a si mesmo.

No que se refere aos processos de subjetivação implementados nessa esteira, pode-se apontar interessantes discussões que denotam à capitalização da vida humana como um todo. Para ser mais específica, trata-se do Capital Humano - expressão utilizada por estudiosos da Escola de Chicago, como Shultz, a partir da metade do século XX. Desse lugar, estudos recentes – destaque, no nosso país, os de Sylvio Gadelha (2009) - vem reportando ao que parece ser outro gradiente da cultura contemporânea, em que cada um mira a si mesmo como passível de investimento e aperfeiçoamento, dando acento especial aos seus comportamentos e às suas habilidades cognitivas.

Já refere Foucault, no curso *O Nascimento da Biopolítica*, que o indivíduo passa a ser “empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de [sua] renda” (2008, p. 311). Essas problematizações imprimem um contundente questionamento sobre as formas de experimentar e conduzir a existência contemporânea. Nossas vontades, escolhas e apostas individuais, em todos os âmbitos, inclusive educacionais, parecem sintonizar-se com as demandas da flexibilidade e da concorrência.

Assim, é possível discutir a implementação de um regime existencial conveniente à racionalidade em curso, uma espécie de ascética (não é por acaso que o nome da *parade* é “Virada”), que cria processos de subjetivação, modos de vida específicos, na ordem da flexibilidade. Esses repertórios parecem cruzar a educação inclusiva, de modo que tornar-se um agente da inclusão parece ser uma competência a ser desenvolvida com e a partir da escola. Costa refere que

determinados valores econômicos, à medida que migraram da economia para outros domínios da vida social, disseminando-se socialmente, ganharam um forte poder normativo, instituindo processos e políticas de subjetivação que vêm transformando sujeitos de direitos em *indivíduos-microempresas*<sup>3</sup> – empreendedores (2009, p. 172).

Mais uma vez reitero que problematizar os movimentos dos discursos da inclusão e suas técnicas de persuasão não é ser a favor ou contra, mas compreender o cenário que é montado para colocar tal roteiro no palco, como tal engrenagem funciona e como vem produzindo posições de sujeito no cenário contemporâneo.

### **Considerações Finais**

Essa pesquisa, ao analisar dois artefatos culturais midiáticos focados no objetivo de constituir uma forma de visibilidade para os discursos da inclusão, produzindo modelos de conduta e engajamento, permite destacar três aspectos de persuasão:

- ♣ persuasão no sentido do "politicamente correto" e do engajamento moral: seria recomendável tornar-se um sujeito parceiro da inclusão na medida em que a aceitação do outro é necessária para tornar aperfeiçoar a posição "cidadã" dos sujeitos a incluir. Em outras palavras, cada sujeito é responsabilizado por suas atitudes, convidado a engajar-se nessa causa que se intitula tão nobre. Nessa perspectiva, constituir nas relações inclusivas uma matriz de conduta é indispensável para a própria manutenção da inclusão e de suas promessas de harmonia e ordem social. Castel refere que

quer entremos na sociedade “pós-industrial”, quer mesmo na “pós-moderna” ou como se quiser chamá-la, ainda assim a condição preparada para os que estão “out” depende sempre da condição dos que estão “in”. São sempre as orientações definidas nos centros de decisão [...] que repercutem como uma onda de choque nas diferentes esferas na vida social. Mas a recíproca é igualmente verdadeira, a saber, os poderosos e os estáveis não estão colocados num Olimpo de onde possam contemplar impavidamente a miséria do mundo (2009, p. 34).

- ♣ no sentido do autoaperfeiçoamento: cria-se um regime persuasivo para que o sujeito desenvolva e mantenha atitudes inclusivas como uma nova competência moral a ser perseguida, para tornar-se melhor, já que

---

<sup>3</sup> Grifo do original.

esse mesmo indivíduo [...] se vê induzido, sob essa lógica, a tomar a si mesmo como um capital, a entreter consigo (e com os outros) uma relação na qual ele se reconhece (e aos outros) como uma microempresa; e, portanto, nessa condição, a ver-se como uma entidade que funciona sob o imperativo permanente de fazer investimentos em si mesmo – ou que retornem, a médio e/ou longo prazo em seu benefício – e a produzir fluxos de renda, avaliando racionalmente as relações de custo/benefício que suas decisões implicam (COSTA, 2009, p. 177).

- ♣ no sentido da parceria ou associação lucrativa: há uma promessa de ganho ao tornar-se "sócio" dos sujeitos a tolerar, aprendendo com eles nessa convivência, implicada em investimentos mútuos, em que ambos podem faturar.

O novo empreendedor já não pode mais ser caracterizado com um passivo na contabilidade das grandes empresas e corporações; na verdade, há quem diga [que] ele já não é mais nem mesmo um ativo, senão um investidor, uma espécie de sócio que investe na empresa em que trabalha o seu capital humano (COSTA, 2009, p. 181).

É nesse sentido que se problematiza o “aprender a ser inclusivo”, como prática de si, a partir da análise dos artefatos referidos. Afinal, se ninguém pode escapar do campo de gravitação tomado como ideal, não basta que você se inclua, é preciso que você se convença dos benefícios de manter os demais também incluídos. Uma das molas propulsoras desse processo, no sentido de divulgação, circulação e consumo dessas práticas, é atualmente a publicidade, em seus diferentes campos de atuação (televisão, internet, rádio, *outdoors...*).

Consumir as vantagens da inclusão faz com que ela se torne um objeto de valor, ou melhor, que torne o sujeito em estado de inclusão, alguém cujo capital humano é mais valorizado. Um dos aspectos que parecem valorizar ainda mais a *performance* inclusiva é assumir essa causa, tornando-se um “parceiro/sócio” na vigilância pela inclusão de todos.

## Referências

BRASIL. **Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004**. Regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5209.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5209.htm). Acesso em 15.fev.2012.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Consumidores e Cidadãos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão do social**: uma crônica do salário. Tradução de Iraci D. Poleti. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

COSTA, Sylvio de Souza Gadelha. Governamentalidade Neoliberal, Teoria do Capital Humano e Empreendedorismo. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 34, n. 2, mai/ago, p. 171-186, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização, tradução e revisão de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II**: o uso dos prazeres. 12. Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica** (1978-1979). São Paulo: M. Fontes, 2008.

GADELHA, Sylvio. **Biopolítica, governamentalidade e educação**: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

GADOTTI, Moacir. **História das Idéias Pedagógicas**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2004.

SAID, Edward W. **Orientalismo**: oriente como invenção do ocidente. Editora Schwarcz: São Paulo, 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A “nova” direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. In: GENTILI, P. A. A.; SILVA, T. T. (Org.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**: visões críticas. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 9-29.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a Educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

VEIGA-NETO, Alfredo. Crise da modernidade e inovações curriculares: da disciplina para o controle. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO: TRAJETÓRIAS E PROCESSOS DE ENSINAR E APRENDER: LUGARES, MEMÓRIAS E CULTURAS, 14, 2008, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Edipucrs, 2008. p. 35-58. 1 CD-ROOM.